



Ofício nº 002/2026 - Setor de Licitações

Marmeleiro, 08 de janeiro de 2026.

Ao

Gabinete do Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Jander Luiz Loss

Resposta: Encaminhamento do Parecer Jurídico nº 004/2026 – PG.

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio deste informar e encaminhar a Vossa Excelência o Parecer Jurídico nº 004/2026 – PG, exarado no âmbito do Processo Administrativo Eletrônico nº 2559/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº 086/2025, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de coffee break e lanches destinados a eventos institucionais dos diversos Departamentos Municipais.

O referido parecer analisou o Recurso Administrativo interposto pela empresa PANIFICADORA MORAES LTDA, manifestando-se pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu não provimento, mantendo-se a decisão da Pregoeira que inabilitou a recorrente por descumprimento de requisito expresso do edital, em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Não obstante, a Procuradoria Jurídica consignou, de forma cautelar, que, à luz do princípio da autotutela administrativa, é juridicamente possível que, após o encerramento da fase recursal, a Administração proceda à reavaliação do instrumento convocatório, caso entenda configurada a existência de vício de legalidade em cláusula editalícia potencialmente restritiva à competitividade. Nesse sentido, foi mencionada a possibilidade prevista no art. 71, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, bem como o entendimento consolidado na Súmula 473 do STF.

Diante disso, o parecer recomenda, como medida de cautela jurídica e em prestígio aos princípios da legalidade, competitividade, segurança jurídica e interesse público, **a eventual anulação parcial do certame, com a supressão da cláusula de limitação geográfica, retificação do edital e sua republicação**, com reabertura dos prazos legais, caso assim entenda a autoridade competente.

Encaminhamos o presente para ciência e providências que Vossa Excelência julgar cabíveis.

Atenciosamente,

Franciéli de Oliveira
Agente de Contratação
Portaria nº 7.657 de 10/09/2025





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO

(PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 2559/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2025)

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para fornecimento de *coffee break* e lanches para eventos institucionais.

No exercício das atribuições legais conferidas ao cargo de Prefeito Municipal de Marmeleiro, e após detida e criteriosa análise dos autos, profiro a seguinte decisão:

1. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Acompanho integralmente o entendimento exarado pela Pregoeira e pela Procuradoria Jurídica, consubstanciado no Parecer Jurídico nº 04/2026 – PG, no sentido de CONHECER e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela empresa PANIFICADORA MORAES LTDA.

A decisão de inabilitação proferida pela Pregoeira revela-se juridicamente correta, uma vez que observou rigorosamente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tendo a recorrente deixado de atender requisito expresso e objetivo previsto no edital. Ademais, restou caracterizada a preclusão administrativa, considerando que a licitante não impugnou a cláusula editalícia no momento processual adequado.

2. DA ANULAÇÃO TOTAL DO CERTAME POR AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA

Não obstante a manutenção da decisão que negou provimento ao recurso, este Gabinete acolhe a manifestação da Procuradoria Jurídica quanto à existência de vício de legalidade na fase interna do procedimento, especificamente na elaboração do edital.

Verificou-se que a cláusula 4.4 do instrumento convocatório, ao impor limitação geográfica à sede das empresas participantes, apresenta caráter potencialmente restritivo à competitividade, afrontando os princípios da isonomia, da ampla concorrência e da seleção da proposta mais vantajosa, pilares que regem as contratações públicas.

Considerando que referido vício incide sobre elemento essencial do edital e influenciou diretamente a formulação das propostas e a condução das fases subsequentes do certame, mostra-se juridicamente inviável o simples retorno às etapas já superadas, sob pena de comprometimento da segurança jurídica, da igualdade de condições entre os licitantes e da própria legitimidade do procedimento.

Assim, diante da impossibilidade de saneamento parcial sem prejuízo ao caráter competitivo do certame, impõe-se a anulação total do procedimento licitatório, em observância ao princípio da autotutela administrativa, consagrado na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal.





MUNICÍPIO DE MARMELEIRO

ESTADO DO PARANÁ

3. DA DECISÃO FINAL

Diante da constatação de vício insanável na fase de elaboração do edital, e com fundamento no art. 71, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, DETERMINO:

- a) a ANULAÇÃO TOTAL do Pregão Eletrônico nº 086/2025, desde a fase interna de elaboração do edital;
- b) o arquivamento formal do presente certame, com o devido registro nos autos;
- c) a instauração de novo procedimento licitatório, com a elaboração de edital devidamente revisado e adequado à legislação vigente, suprimindo-se quaisquer cláusulas que possam restringir indevidamente a competitividade;
- d) que o novo certame observe integralmente os princípios da legalidade, isonomia, ampla concorrência, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa;
- e) a ampla publicidade da presente decisão e do novo edital, com observância de todos os prazos legais.

Encaminhem-se os autos ao Setor de Licitações para o imediato cumprimento das presentes determinações e adoção das providências necessárias à deflagração do novo certame.

Marmeleiro, 09 de janeiro de 2026.

Jander Luiz Loss
Prefeito

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 09/01/2026 16:51 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pbd2126e9ca965>

